

Implicações Econômicas na Guerra e no Poder Militar

PATRÍCIA DE OLIVEIRA MATOS

Resumo: A revisão da obra de renomados autores e a análise das principais correntes teóricas que influenciaram o pensamento estratégico no século XX fundamentam o argumento de que as guerras e o poder militar estão condicionados pela dinâmica econômica. Este estudo revela que as aspirações de segurança e defesa bem como sua relação com os fatores econômicos são comuns a diferentes pensadores, ainda que com convicções teórico-ideológicas dispares.

Palavras-chave: Fatores econômicos; Guerras; Poder militar; Estudos Estratégicos; Pensamento econômico e social.



ARTE: BORONDO

Implications of economics in war and military power

Abstract: A review of the work of renowned authors and the analysis of the main theoretical perspectives that influenced strategic thought in twentieth century is at the base of this argument that wars and military power are conditioned by economic dynamics. This study shows that the security and defense aspirations and their relation to economic factors are common to different authors of even diverse theoretical and ideological convictions.

Keywords: Economic factors. Military power. Strategic Studies. Economic and social thought.

PATRÍCIA DE OLIVEIRA MATOS

Professora Adjunta do
Programa de Pós-graduação
em Ciências Aeroespaciais da
Universidade da Força Aérea.
pomatos@hotmail.com

RECEBIDO EM 25 - 04 - 2014

APROVADO EM 29 - 02 - 2015

1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos têm sido realizados para a compreensão dos efeitos das guerras, ou dos gastos militares, na economia das nações, as chamadas análises *spin off*. A este artigo, porém, interessa o *inverso*: compreender as implicações dos fatores econômicos nas guerras ou na capacidade de as nações se prepararem para tal. Esta inversão de análise tem sido pouco explorada em termos acadêmicos, embora possa ser visualizada na obra de autores clássicos.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo identificar a influência de fatores econômicos nas guerras e na constituição do poder militar, a partir da análise de algumas das principais correntes teóricas que influenciaram o pensamento econômico e social, bem como os estudos estratégicos, no século XX.

O trabalho tem início com uma abordagem sobre a estratégia e sua concepção a partir de Clausewitz, entre outros teóricos dos estudos estratégicos mais atuais. Posteriormente, são abordados autores como Adam Smith, Friederich List, Alexander Hamilton e John Jay¹, além de Marx, Engels, Weber e Keynes, procurando destacar o pensamento desses autores no que se refere aos aspectos econômicos que interferem em questões de segurança e defesa nacional.

Tais autores, embora pertencentes a ambientes e correntes teóricas distintas, chamaram a atenção, à sua época, para a relação entre os poderes econômico e militar e para questões tais como o papel do Estado na constituição do poder militar e na condução de assuntos políticos e materiais relacionados aos conflitos. Finalmente, o artigo é encerrado com a análise de algumas das principais correntes teóricas originadas a partir das ideias dos pensadores estudados.

1 Teóricos já considerados em uma análise de temática próxima à deste estudo, realizada por Earle (2001).

2 CLAUSEWITZ E OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Clausewitz (1996) abordou de uma forma bastante explícita a relação entre a política e a guerra na obra *Da Guerra*, publicada pela primeira vez em 1832 após a sua morte em 1831. A obra é baseada em suas experiências e estudos sobre as guerras de sua época e se tornou uma referência sobre o tema. O autor considerava a guerra como uma expressão extrema da política e seu interesse era identificar os elementos essenciais da guerra e a forma com que eles funcionavam. Realizou uma abordagem criticando, por exemplo, teorias estratégicas que associavam operações militares a princípios matemáticos. Segundo o autor, uma teoria sobre a guerra deveria conter não apenas elementos quantificáveis, mas também aqueles não mensuráveis como o moral dos soldados e a psicologia do comandante.

Segundo Paret (2001), embora Clausewitz não tenha aprofundado a análise dos aspectos econômicos da guerra, não desconsiderou que o desenvolvimento tecnológico, resultante das alterações econômicas, sociais e políticas, afeta constantemente a tática e a estratégia. Nesse sentido, as instituições militares e a guerra são dependentes de políticas e de recursos econômicos, pois estes, juntamente com as condições geográficas e sociais, determinam as políticas militares.

Clausewitz (1996) identifica os três elementos presentes em qualquer guerra: *a paixão*, *a probabilidade* e *a razão*. Para ele, é necessário conhecer esses três elementos para se entender e conduzir a guerra e, uma teoria ou política que os ignore é falha. O primeiro elemento, *a paixão*, está associado ao povo e à sua disposição para a guerra; o segundo elemento, *a probabilidade*, relaciona-se com a força militar em seus aspectos de talento e técnica; e o terceiro elemento, *a razão*, refere-se à política e, portanto, ao governo.

Assim, pode-se inferir que os três elementos descritos por Clausewitz irão influenciar a maneira pela qual um governo decide empregar recursos econômicos para a guerra. O primeiro elemento, relacionado ao povo, influencia na medida em que o clamor de uma população pode ser favorável ou não a um conflito e, portanto, aceitar ou não que recursos públicos sejam desviados

de outros setores para as forças armadas. Nesse caso, a presença ou a ausência de um histórico de guerras terá influência na forma com que uma população vê o emprego dos recursos públicos nas forças armadas.

O segundo elemento, relacionado ao poder militar e à técnica, indica que o treinamento, bem como os equipamentos empregados pelas forças armadas têm também um papel decisivo na condução dos conflitos e, estes, obviamente dependem dos recursos do Estado, responsável pela manutenção da segurança nacional.

E o terceiro elemento, a razão, relacionado à política, tem ainda um papel mais determinante, pois são, em última instância, as decisões políticas que definem o orçamento federal e, conseqüentemente, a alocação dos recursos para motivações de defesa nacional.

Além da sistematização teórica da guerra realizada por Clausewitz, outros estudiosos abordaram a temática dos estudos estratégicos como Jomini, considerando elementos táticos ou os princípios da guerra, na obra *Summary of the art of War*, de 1838; Mahan, pela análise do poder marítimo em *The influence of sea power upon History*, de 1890; e Douhet, com sua argumentação sobre o poder aéreo em *O domínio do Ar*, obra publicada pela primeira vez em 1921. Porém, até a primeira metade do século XX esses estudos permaneceram restritos, na maior parte das vezes, ao âmbito militar.

Com o término da II Guerra em 1945 e o início da Guerra Fria, o tema ganhou maior importância, com muitas pesquisas voltadas para a dissuasão, o controle da escalada nuclear e análises dos efeitos econômicos da corrida armamentista.

Freedman (2002) e Moran (2001) mencionam que até o fim da II Guerra os estudos estratégicos eram quase que exclusivamente uma preocupação dos militares. Entretanto, com o advento da guerra nuclear, e o posterior surgimento da Guerra Fria, cresceu a preocupação política, social e econômica com os efeitos dos conflitos externos, propiciando que esses estudos se tornassem um objeto de pesquisa também do meio acadêmico civil, dando origem a diferentes disciplinas tais como a Economia de Defesa.

Mas, para Creveld (2000), após o fim da II Guerra, um longo período se passou até que se iniciassem, com maior profundidade, estudos sobre os efeitos do surgimento das armas nucleares. O autor aponta que, no período imediatamente após 1945, somente um importante estudioso parece ter entendido que as “armas absolutas” nunca deveriam ser usadas (referindo-se a Bernard Brodie). “Dentro ou fora dos uniformes” (militares ou civis), a grande maioria dos autores preferiu voltar-se para os modos pelos quais, se necessário, as armas nucleares poderiam ser usadas, sem compreender inteiramente seus efeitos.

Para Baylis *et al.* (2002), Bernard Brodie foi quem ajudou a estabelecer os estudos estratégicos como um objeto de estudo do período pós II Guerra, inicialmente argumentando que a estratégia deveria ser estudada de uma forma científica. No entanto, os autores apontam que o próprio Brodie viria, mais tarde, a reconhecer a dificuldade de se criar parâmetros puramente científicos para analisar a estratégia.

Segundo Moran (2001), a teoria estratégica é o ramo da teoria social relacionada ao uso da força para se alcançar os objetivos de uma comunidade em conflito com outras comunidades. Assim, os estudos estratégicos destinam-se a uma sistemática compreensão de como empregar as forças armadas para se atingir objetivos políticos, sociais, econômicos, culturais, ou ideológicos. No entanto, o autor adverte que a existência de numerosas variáveis que afetam a guerra (preferências culturais ou institucionais, recursos econômicos e geográficos, animosidades étnicas, etc.) torna limitada a capacidade de uma teoria explicar ou incorporar todas essas influências.

Assim, a estratégia relaciona as forças militares aos objetivos da guerra, envolvendo mais que apenas o estudo das guerras e campanhas militares. “Estratégia é a aplicação do poder militar para se atingir objetivos políticos, ou mais especificamente, a teoria e prática do uso, e ameaça do uso, de forças organizadas para propósitos políticos.” (BAYLIS *et al.*, 2002, p. 3, tradução nossa).

Autores como Baylis *et al.* (2002) consideram que a estratégia é mais bem estudada numa perspectiva interdisciplinar, sendo

necessário conhecer aspectos de política, economia, psicologia, sociologia, geografia, tecnologia, estrutura de forças e táticas. Tais autores comentam, ainda, que os estudos estratégicos não podem ser considerados como uma disciplina isolada, sendo submetidos a um foco nítido, o poder militar, dependendo das ciências humanas e sociais para sua compreensão. E, uma vez que a estratégia relaciona meios militares a fins políticos, o estudo da estratégia requer o conhecimento de ambos e, como consequência, de outros difíceis problemas da política nacional, como os fatores econômicos. É nesse aspecto que o presente artigo visa contribuir.

Essa concepção pode ser observada ao se vislumbrar os elevados custos que envolvem a guerra na atualidade. E, considerando que os conflitos vêm se tornando cada vez mais onerosos e complexos diante dos avanços tecnológicos, observa-se que os fatores econômicos têm se tornado cada vez mais determinantes na construção do poder militar.

Earle (2001) considera que somente nas sociedades mais primitivas é possível separar o poder econômico do poder político. Porém, a partir da consolidação dos estados nacionais, da expansão da civilização européia, da revolução industrial e do contínuo progresso da tecnologia militar, tem se aprofundado a interrelação entre os poderes comercial, financeiro e econômico, de um lado, e os poderes militar e político, do outro. Para o autor, sejam quais forem as filosofias políticas e econômicas que orientam um país, ele não poderá ignorar os requisitos do poder militar e da segurança nacional, que são fundamentais para todos os outros problemas do governo.

Sendo assim, análises que contemplam o poder militar estão necessariamente interligadas ao papel do Estado na constituição desse poder, o que evidencia o seu caráter político e econômico.

3 ADAM SMITH, FRIEDERICH LIST E A DEFESA NACIONAL

Uma das teorias na qual se visualiza essa relação com maior evidência é aquela desenvolvida por Adam Smith em *"A riqueza das nações"*, publicada originalmente em 1776. O autor dedica uma parte da obra para analisar os gastos públicos voltados para

a defesa nacional, apresentando a necessidade de formação do poder militar como parte dos deveres do Estado.

Adam Smith caracteriza-se por ser, entre os autores clássicos do pensamento econômico, aquele que mostrou, da forma mais explícita, a necessidade de que um Estado, ainda que liberal, mantenha fontes de recursos e despesas voltadas para a defesa nacional. E, embora Smith seja considerado um dos grandes defensores do liberalismo econômico e crítico da doutrina mercantilista, já no século XVIII defendia a intervenção estatal quando esta se relacionava à *defesa* da nação.

O autor, defensor da liberdade de mercado, da não interferência do Estado em assuntos econômicos, aceitava, portanto, uma das finalidades do mercantilismo: a necessidade da intervenção do Estado desde que essencial para o poder militar da nação.

O mercantilismo, que prevaleceu como doutrina das relações internacionais, entre meados dos séculos XVI e XVIII considerava, no que se refere ao poder militar, que o propósito predominante de suas regulamentações era o de desenvolver o potencial para a guerra assegurando a riqueza da nação por meio do acúmulo de metais preciosos. Mas, para Smith (2006), armadas e exércitos não são mantidos com ouro e prata, mas com bens de consumo, sendo o preparo de uma nação para a guerra melhor mensurado em termos de capacidade produtiva. Dessa forma, Smith (2006) considerou a importância de uma relação estável e coerente entre receita e gastos públicos voltados para a defesa nacional.

Para Smith (2006), a prosperidade material de uma nação baseia-se na mínima interferência estatal sobre as liberdades individuais, mas esse princípio geral não engloba as questões relacionadas com a segurança nacional, uma vez que, para o autor “o sistema da liberdade natural confere ao soberano apenas três deveres: 1) a defesa do país; 2) a administração da justiça e 3) a manutenção de certos serviços públicos” (SMITH, 2006, p. 284). Esses três deveres são assim explicados pelo autor:

Segundo o sistema de liberdade natural, o soberano tem apenas três deveres a cumprir: três deveres de grande importância, na verdade, mas simples e perceptíveis para o senso comum: **em primeiro lugar, o dever de proteger a sociedade da violência e das invasões de outras**

sociedades independentes; em segundo lugar, o dever de proteger, tanto quanto possível, todos os membros da sociedade da injustiça ou opressão de qualquer outro membro, ou o dever de estabelecer uma administração exacta da justiça; e, em terceiro lugar, o dever de criar e preservar certos serviços públicos e certas instituições públicas que nunca poderão ser criadas ou preservadas no interesse de um indivíduo ou de um pequeno número de indivíduos (SMITH, 2006, p. 284-285, grifo nosso).

Smith (2006, p. 578) mostra as vantagens para o país que possui uma perfeita liberdade de comércio, mas ressalva que essa liberdade não deve se sobrepor à questão da defesa nacional, pois, “a defesa é muito mais relevante do que a riqueza”.

Assim, Smith (2006) considera que a realização desses vários deveres dos soberanos gera, necessariamente, uma determinada despesa e esta exigirá, também necessariamente, uma determinada receita para supri-la.

O autor argumenta que a necessidade das despesas com a defesa surge a partir do momento em que o dever do soberano, o de proteger a sociedade da violência e das invasões de outras sociedades, só pode ser realizado por meio de uma força militar, pois na medida em que a guerra se torna mais complexa e deixa de ser determinada, “como nos primeiros períodos da sociedade, por uma simples escaramuça ou batalha [...] torna-se universalmente necessário que a população mantenha aqueles que servem na guerra, pelo menos enquanto aí se encontram.” (SMITH, 2006, p. 295).

Desse modo, Smith (2006), argumentando em defesa da constituição dos exércitos permanentes, sustenta que passa a ser necessária uma divisão do trabalho e uma especialização daqueles que irão atuar na defesa da nação, pois para ele,

Uma milícia, todavia, seja qual for a sua disciplina ou treino, será sempre muito inferior a um exército permanente bem disciplinado e instruído. [...] Assim, a civilização de qualquer país só pode ser perpetuada ou mesmo preservada durante um período razoável, por meio de um exército permanente (SMITH, 2006, p. 301-310).

Para Smith (2006), a constituição dos exércitos permanentes, bem como o progresso técnico das armas, torna os gastos com

a defesa cada vez mais onerosos. O autor discute a transformação introduzida na guerra a partir da invenção das armas de fogo, mostrando que a evolução tecnológica veio aumentar ainda mais tanto as despesas com instrução e a disciplina dos soldados em tempo de paz, como as que são gastas no seu emprego em tempo de guerra.

Smith (2006, p. 312) argumenta que, na guerra moderna, as despesas feitas com as armas de fogo fornecem vantagens à nação que mais facilmente as puder fazer e, conseqüentemente, “dá vantagens a uma nação rica e civilizada sobre uma nação pobre e bárbara.”. Nesse sentido, observa-se que o autor já demonstrava preocupação, no século XVIII, com o impacto das inovações tecnológicas nos custos que envolvem a defesa nacional, o que passaria a representar um fator de desequilíbrio nos níveis de poder militar entre os países e que, de fato, veio a se concretizar de maneira cada vez mais intensa.

Adam Smith (2006, p. 623) alerta para o fato de que economizar recursos voltados para a defesa nacional durante o período de paz pode ter conseqüências desastrosas em épocas de guerra: “o desejo de ser parcimonioso em tempo de paz impõe a necessidade de contrair dívidas em épocas de guerra. [...] Em época de guerra é necessário o triplo ou o quádruplo dessa quantia para empregar na defesa do Estado”.

Para justificar essa afirmação, Smith (2006) comenta que quando se inicia uma guerra, ou no momento em que ela está em vias de começar, o exército precisa ser aumentado, a frota deve ser adaptada e as cidades com guarnição militar têm de ser preparadas para a defesa. Neste ponto não será possível esperar por um aumento lento e gradual nos impostos, e o governo não terá alternativa senão a de recorrer a empréstimos. E, quando ocorre o regresso da paz, raramente a população se vê livre dos impostos estabelecidos durante a guerra, dada a necessidade de pagamento dos juros da dívida contraída para mantê-la.

Dessa maneira, se “uma nação já se encontra sobrecarregada de impostos, nada poderá submeter o povo a pagar, com uma paciência razoável, um novo imposto, a não ser as necessidades próprias de uma nova guerra.” (SMITH, 2006, p. 642). Porém, para

Adam Smith, se, ao contrário do sistema anterior, as despesas com a defesa sempre fossem pagas com a receita arrecadada durante o ano, os impostos criados para gerar a receita extraordinária necessária à guerra não se prolongariam para além dela, pois a guerra geraria uma diminuição na capacidade de acumulação de capital.

Assim, faz objeção aos fundos e empréstimos para a guerra como principais meios de financiar o conflito armado, pois as guerras que fossem pagas com recursos correntes seriam, de um modo geral, menos imprudentemente começadas e mais rapidamente concluídas pelos governos. Nesse caso,

As guerras seriam, de modo geral, mais curtas e não se travariam por motivos tão fúteis. Se o povo sentisse bem o peso da guerra, depressa se iria farta dela e o governo, para lhe fazer a vontade, não se veria na contingência de prolongá-la para além do tempo necessário. A previsão dos pesados e inevitáveis encargos da guerra iria levar o povo a deixar de a exigir sem haver um interesse real ou sólido que a justificasse (SMITH, 2006, p. 650).

Desse modo, Smith (2006) não era contrário às taxas protetoras sempre que necessárias às razões de segurança nacional, assim como era favorável a incentivar a indústria, em particular a indústria voltada para a defesa da nação, de modo que o país dependesse o mínimo possível do exterior, em relação aos equipamentos necessários para sua defesa.

Novamente o autor demonstra preocupações que se encontram ainda atuais quando se trata de questões de defesa nacional: a dependência externa da tecnologia e dos equipamentos bélicos. Tais questões assumem especial relevância em países que possuem dificuldades de realizar investimentos em programas militares, dadas as suas restrições orçamentárias.

Também Friederich List, teórico do pensamento econômico alemão, de meados do século XVIII, e crítico de Adam Smith em diversos aspectos, quando trata de questões relacionadas à defesa da nação, aproxima-se de Smith. Segundo List (2006), o poder é mais importante do que a riqueza, uma vez que o oposto do poder (a fraqueza) resulta na colocação não apenas da riqueza adquirida, mas de todo o poder de produção, da civilização e

da independência nacional nas mãos daqueles que sobrepujam a nação em termos de força.

“Pela guerra, a nação pode ser oprimida, depois de despojada da sua autonomia, da sua propriedade, liberdade, independência, constituição e das suas leis, características nacionais e, em geral, do grau de cultura e riqueza já alcançado.” (LIST, 2006, p. 98-99).

Assim, List também defende a atuação do Estado no sentido de garantir a defesa nacional, elemento essencial na manutenção da independência, pois, para o autor, a ideia de independência e poder nasce com o próprio conceito de nação. List (2006) considera insensata a nação que, na esperança das vantagens de uma união universal e paz eterna, regule os princípios de sua política externa como se tal união já existisse. “Perguntamo-nos se as pessoas sensatas não deveriam achar louco um governo que, reclamando as vantagens e razoabilidade da paz eterna, dissolvesse os seus exércitos, destruísse seus vasos de guerra e demolisse suas fortalezas”. (LIST, 2006, p. 348).

List (2006) ressalta ainda a importância do poder político como forma de garantir à nação o aumento da riqueza através do comércio externo e de colônias externas, além de assegurar o bem-estar nacional. No entanto, para o autor “a civilização, a formação política e poder das nações dependem majoritariamente das suas situações econômicas e vice-versa” (LIST, 2006, p. 100).

Num tempo em que a técnica e a mecânica exercem uma influência tão imensa sobre a forma como é feita uma guerra, em que todas as operações de guerra são tão condicionadas pelo nível de receitas do Estado, em que é tão importante para a defesa se a massa da nação é rica ou pobre, inteligente ou embrutecida, enérgica ou apática, se as suas simpatias pertencem sem exceção à pátria ou parcialmente ao estrangeiro, se tem muitas pessoas ou poucas que possam defender o país – num tal tempo, o valor das manufaturas tem de ser julgado, mais do que nunca, sob o aspecto político (LIST, 2006, p.382, grifo nosso).

Assim, List (2006) defende a capacidade de produção industrial, a que chama de manufatura, como um dos elementos essenciais para a defesa. Segundo o autor, a implantação da força de manufatura em uma nação tem reflexos sobre o aumento da população, das riquezas materiais, das máquinas, de todas as forças mentais

e, conseqüentemente, sobre os meios para a defesa nacional num grau mais alto do que apenas pela fabricação de armas:

“A questão do *tecido de linho* não é só um problema de bem-estar econômico, mas – como tudo o que se refere à força de manufatura nacional – é uma questão da independência e poder da nação.” (LIST, 2006, p. 601).

Para List (2006), a nação que conseguisse monopolizar toda a força industrial do globo, oprimindo as restantes nações no seu desenvolvimento econômico, de forma que elas produzissem somente produtos agrícolas e matérias primas, alcançaria o domínio universal.

Por isso, qualquer nação que preze a sua independência e a sua continuidade, tem que ter a ambição de transitar o mais brevemente possível dum nível baixo de cultura para o mais elevado, de reunir o mais rapidamente possível a agricultura, as manufaturas, a navegação e o comércio no seu próprio território (LIST, 2006, p. 100-101).

List (2006) relata que os grandes estadistas compreenderam a influência da produção industrial sobre a riqueza, a civilização e o poder das nações, assim como a necessidade de protegê-los. Desse modo, o autor argumenta em defesa da existência de tarifas alfandegárias como um sacrifício compensado pela aquisição de uma força produtiva que assegura à nação, não apenas uma quantidade maior de bens materiais para o futuro, como também a independência industrial em caso de guerra (LIST, 2006).

Para o autor, “a História pode provar que as medidas protetoras nasceram ou das aspirações naturais das nações ao bem-estar, independência e poder, ou na sequência de guerras e medidas comerciais hostis das nações manufatureiras dominantes.” (LIST, 2006, p. 347).

Observa-se, em List, que o poder produtivo é chave para a defesa nacional e que a capacidade de uma nação para a guerra pode ser mensurada em relação ao seu potencial de produção. Para o autor, o desenvolvimento de um maior poder produtivo é o objetivo principal do protecionismo, pois, quanto maior o poder produtivo, maior a força da nação em suas relações externas e maior a sua independência em tempo de guerra. Como consequência, os

princípios econômicos não podem ser dissociados de suas implicações políticas.

Aqui, outra vez se observa a influência dos fatores econômicos na capacidade que as nações possuem de desenvolver o seu potencial militar que, por sua vez, constitui suporte para o seu poder político. Nesse aspecto, uma política econômica, por exemplo, pode ocasionar reflexos no setor de defesa de um país, não apenas ao intervir no fluxo de recursos orçamentários destinados às forças armadas, mas, também, pela influência dessa política no setor produtivo como um todo.

4 FEDERALISTAS, DEFESA E EXÉRCITOS PROFISSIONAIS

No período da unificação dos estados norte-americanos, que resultou na formação dos Estados Unidos, encontra-se forte influência de um grupo de pensadores conhecidos como “*os federalistas*”, cujos expoentes são Alexander Hamilton, John Jay e James Madison. Em diversos pontos, há convergência entre as ideias desse grupo de pensadores e as de Smith e List, como, por exemplo, a respeito da manutenção de recursos para a defesa nacional e da necessidade de um exército profissional.

Os federalistas representam um grupo de pensadores que também argumentou sobre a influência de decisões políticas em aspectos econômicos, como a capacidade produtiva de um país, e que esses aspectos, por sua vez, afetam a defesa nacional.

Para Hamilton, Madison e Jay (2009, p. 64), “a salvaguarda contra o perigo externo é a mais poderosa direção para a conduta nacional”. Hamilton, Madison e Jay (2009, p. 39, grifos dos autores) argumenta:

Entre os muitos objetivos para os quais um povo prudente e livre julga necessário dirigir sua atenção, o primeiro parece ser o de prover sua segurança. A segurança do povo tem indiscutivelmente relação com uma grande variedade de circunstâncias e considerações; conseqüentemente permite largo campo para os que desejam defini-la com precisão e compreensivamente.

Segundo Hamilton, Madison e Jay (2009), por mais danoso que seja para a natureza humana, os países em geral recorrerão

à guerra sempre que tenham alguma perspectiva de obter vantagens. Como consequência, a união e um bom governo nacional são necessários para colocar e manter a nação em uma situação que, em vez de apresentar a guerra como vantajosa, tende a reprimi-la e a desencorajá-la. “Essa situação consiste em contar com o melhor estado de defesa e necessariamente depende do governo, das armas e dos recursos do país.” (HAMILTON; MADISON ; JAY, 2009, p. 44).

Considerando a necessidade de unificação dos EUA, o autor argumenta que um dos principais motivos para a nação única é a segurança, pois um governo, atento aos interesses gerais e comuns e dirigindo as forças e recursos em conjunto, poderia tratar com maior eficiência da segurança do povo. “Um povo ou uma família dividida não tarda em ver seus membros lutando uns contra os outros.” (HAMILTON; MADISON; JAY, 2009, p. 46).

Os federalistas, assim como Smith e List, também se apresentavam como favoráveis à constituição dos exércitos permanentes. Para Hamilton, Madison e Jay (2009), esses apresentavam a vantagem de tornar impraticáveis as conquistas repentinas e de evitar as devastações que costumavam assinalar o progresso da guerra, antes de sua criação.

Operações de guerra contínuas contra um exército regular e disciplinado somente poderão ser executadas com êxito por uma força de mesma espécie. Considerações de ordem econômica, não menos que outras relativas à estabilidade e preparo confirmam esta afirmativa. [...] A guerra, como tantas outras coisas, é uma ciência que deve ser adquirida e aperfeiçoada pela diligência, pela perseverança, pelo tempo e pela prática. (HAMILTON; MADISON; JAY, 2009, p. 172).

Além dos exércitos permanentes, Hamilton, Madison e Jay (2009) defendem a existência de uma marinha forte como forma de preservar o comércio e a própria soberania do país: “os direitos de neutralidade somente são respeitados quando defendidos por adequado poder. Uma nação menosprezada por sua fraqueza é privada até mesmo do privilégio de ser neutra”. Segundo o autor, sob um rigoroso governo nacional, o poder e os recursos naturais do país, orientados por um interesse comum, frustrariam as possíveis ameaças externas (HAMILTON; MADISON; JAY, 2009, p. 85).

Segundo Hamilton, Madison e Jay (2009), os poderes essenciais à defesa são: mobilizar exércitos; construir e equipar esquadras; prescrever normas para o comando dessas forças; dirigir suas operações e assegurar seus abastecimentos. Assim, esses poderes devem existir sem limitações, pois, para o autor, é impossível prever ou definir a extensão e a variedade das exigências nacionais ou dos meios que podem ser necessários para atender àquelas exigências.

Como consequência, torna-se necessário que a União detenha pleno poder de recrutar tropas, de construir e equipar esquadras e de arrecadar as rendas necessárias à formação e manutenção do exército e da marinha, argumentava o autor, considerando o período de sua análise (anterior à constituição da Força Aérea).

Para Hamilton, Madison e Jay (2009), se a União deve ser considerada a guardiã da segurança comum, são necessários exércitos, esquadras e verbas para esse fim e, portanto, o governo deverá ter autoridade para ver aprovadas as leis e para tomar todas as providências delas decorrentes.

Assim, Hamilton, Madison e Jay (2009) defendem que o governo federal deve ter a responsabilidade de prover o apoio às forças nacionais, o que inclui as despesas de mobilização de tropas, de construção e equipamento de esquadras, bem como todas as demais de algum modo relacionadas à organização e às operações militares, derivando-se daí a necessidade de estar incluída, na estrutura do governo, a competência para criar os impostos que gerarão a renda necessária aos gastos com a defesa.

Um outro ponto no qual as ideias de Hamilton encontram similaridades ao pensamento de List relaciona-se à defesa da indústria bélica. Segundo o autor, os fabricantes de material bélico deveriam ser encorajados e, se necessário, controlados pela nação, pois o desenvolvimento das manufaturas poderia tornar a nação independente do setor externo quanto aos suprimentos militares e outros de natureza essencial.

Segundo Hamilton, Madison e Jay (2009), é fundamental a ajuda material para fabricantes de armamentos e deveriam ser tomadas providências para a aquisição anual de armas militares de fabricação nacional, em quantidades suficientes para garantir a

formação de arsenais e para a substituição periódica daquelas que fossem desgastadas, de modo a se ter em estoque uma quantidade de armas suficiente para um suprimento adequado.

Desse modo, observa-se que os pensamentos de Adam Smith, Friedrich List, Jonh Jay e Alexander Hamilton assemelham-se em determinados pontos, principalmente com relação ao papel do Estado e dos aspectos econômicos na formação do poder militar, como forma de garantir a defesa nacional.

5 MARX E ENGELS

Ainda no século XIX, porém adotando postura ideológica e método de análise distintos dos teóricos já mencionados, Marx e Engels também argumentaram sobre os fundamentos econômicos presentes na constituição dos poderes político e militar e, consequentemente, nas relações externas.

Os autores realizam a contraposição entre as concepções materialista e idealista e dão ênfase às questões econômicas como a chave da dinâmica sócio-política. Em sua interpretação materialista da história, consideram que o modo de produção da vida material determina o caráter dos processos da vida social, política e espiritual. “O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais da sua produção.” (MARX; ENGELS, 2008, p. 45).

Como consequência, para os autores, também as relações entre nações dependerão de suas condições materiais. “As relações entre as nações estão condicionadas pelo estado de desenvolvimento de cada uma delas no que diz respeito às forças produtivas, à divisão de trabalho e ao intercâmbio interno.” (MARX; ENGELS, 2008, p. 45).

Marx e Engels (2008) consideram, ainda, que a organização da guerra é anterior à da paz e que certas relações econômicas, tais como o trabalho assalariado e a maquinaria são desenvolvidas pela guerra no interior dos exércitos, antes de se desenvolverem na sociedade burguesa. Como consequência, as formas de organização econômica determinam, em grande medida, as relações externas e, em situações de conflito, os condicionantes da guerra e das operações militares.

No entanto, cabe ressaltar que, na concepção marxista, o Estado nacional é, por excelência, um Estado burguês estabelecido em nome do capital e, portanto, sua visão sobre o Estado nacional e suas instâncias, inclusive as forças armadas, é negativa. Para Marx, o Estado representa o reflexo das contradições existentes na sociedade, como um instrumento de dominação derivado das formas de produção.

6 SÉCULO XX: WEBER E KEYNES

Max Weber, considerado um dos fundadores da sociologia, analisou as estruturas sociais e econômicas, o imperialismo do século XIX e, entre outros aspectos, questões relacionadas à economia e ao poder militar. Para o autor, todas as formações políticas são complexos de força que, em grau diverso, se dirigem para fora e “a natureza e o grau da aplicação da força ou da ameaça desta, dirigidos para fora contra outras formações similares, desempenham um papel específico para a estrutura e o destino das comunidades políticas.” (WEBER, 2004, p. 162).

Considerando a motivação para o surgimento das guerras, Weber (2004) mostra que as pretensões de prestígio exercem uma influência de difícil avaliação e determinação, mas muito sensível, sobre a origem das guerras. Segundo o autor, países ou comunidades políticas quantitativamente grandes são as que têm uma tendência natural a essa pretensão de prestígio, ou ao objetivo de expandir seu poder e, sendo assim, representam uma ameaça potencial para as formações políticas vizinhas. Nesse caso, esses países estariam constantemente ameaçados pela simples razão de serem formações de poder grandes e fortes. Para Weber (2004, p. 170), “não há nenhuma probabilidade de que a violência, onde se constitui o caminho mais fácil para chegar a condições de troca favoráveis, não seja empregada”.

Nesse aspecto, encontra-se também em Weber (2004, p. 164-167) o caráter econômico do poder militar, pois, para o autor, “de modo geral, o surgimento e também a expansão de formações com caráter de grandes potências estão sempre condicionados, em primeiro lugar, por fatores econômicos”. [...] “a estrutura

da economia, em geral, determina em considerável grau tanto a extensão quanto a forma da expansão política”.

No entanto, o autor faz a ressalva de que, muitas vezes, não há uma relação causal unívoca entre esses dois fatores, sendo que essa relação pode também estar condicionada por fatores políticos. Com relação ao capitalismo imperialista, Weber argumenta que suas chances de lucro baseiam-se, em grande parte, na exploração do poder coativo que atua em sentido expansivo:

A expansão violenta mediante a guerra, e os respectivos armamentos, desde que os meios materiais para realizá-la não sejam fornecidos, [...] criam a ocasião mais rendosa para enormes empréstimos e aumentam as oportunidades de lucro dos credores capitalistas do Estado. [...] No mesmo sentido estão orientados os interesses dos fornecedores de material bélico. Dessa maneira, aparecem potências econômicas interessadas no surgimento de conflitos bélicos como tais, sem se importar com as consequências que trazem para a comunidade própria (WEBER, 2004, p. 168-169).

Weber (2004) trata, portanto, de um ponto essencial, porém por vezes obscuro quando se considera a questão da constituição do poder militar e da realização da guerra: os interesses econômicos presentes em determinados setores. Segundo Weber (2004) os bancos que financiam empréstimos de guerra e grandes setores da indústria pesada, sobretudo aqueles diretamente relacionados à indústria bélica, são economicamente interessados na guerra, pois, vencendo ou perdendo, ocorre um aumento da demanda no mercado bélico e também do interesse político e econômico na existência de fábricas nacionais de material bélico, o que provoca uma tendência a se “tolerar que estas fábricas abasteçam com seu material o mundo inteiro, inclusive os inimigos políticos” (WEBER, 2004, p. 169).

O autor argumenta que o investimento de capital na produção de maquinaria e material bélicos cria possibilidades de emprego e renda, e as encomendas estatais constituem elemento na melhora da conjuntura podendo, indiretamente, aumentar o poder aquisitivo e a procura devido ao maior otimismo quanto às possibilidades econômicas das indústrias participantes desse setor. Por outro lado, para o autor, esses investimentos desviam o capital de outros setores, dificultando a cobertura das necessidades em outras áreas

e, ainda, os meios necessários para esses investimentos, quando conseguidos na forma de contribuições forçadas, acabam por incidir de forma mais intensa sobre as classes menos favorecidas.

Observando o pensamento de Weber sobre o aspecto da formação de forças militares, nota-se que o autor não as dissocia de seu modelo de administração burocrática, visto que as forças armadas fazem parte do aparato estatal. Weber desenvolveu os princípios essenciais da administração burocrática, acreditando que esse modelo deveria estar presente também na atuação do Estado e das forças armadas. Segundo Weber (2004), esse princípios essenciais são: competências oficiais fixas, ordenadas mediante regras; hierarquia de cargos; administração baseada em documentos (atas); e a atividade especializada, pressupondo a especialização.

Para o autor, uma vez que a estrutura burocrática está acompanhada pela concentração dos meios materiais, a guerra atual, “como guerra de máquinas”, torna esta concentração pelo Estado tão necessária quanto o domínio da máquina na indústria.

Em um Estado moderno, o domínio efetivo, que não se manifesta nos discursos parlamentares nem em declarações de monarcas, mas sim no cotidiano da administração, encontra-se, necessária e inevitavelmente, nas mãos do funcionalismo, tanto do militar quanto do civil, pois também o oficial superior moderno dirige as batalhas a partir do escritório. (WEBER, 2004, p. 529, grifo nosso).

Assim, para Weber (2004, p. 218), a burocratização das atividades militares baseou-se no capitalismo privado, como em qualquer outra indústria, uma vez que os empreendimentos bélicos e o recrutamento de exércitos figuram entre os primeiros “empreendimentos gigantescos” com estrutura burocrática.

Weber (2004) comenta que apenas a forma burocrática do exército possibilita a formação de exércitos profissionais permanentes, da maneira como são necessários, tanto para a pacificação quanto para a guerra e que também a disciplina militar e a instrução técnica somente são capazes de desenvolver-se plenamente no exército burocrático.

Para Weber (2004), a necessidade de um exército permanente foi consequência não apenas de questões puramente políticas, mas também resultado das mudanças econômicas relacionadas

à racionalização crescente da economia em combinação com a especialização profissional. Para o autor, esses fatores econômicos determinam um caráter “patrimonialista” do exército à medida que pesa uma outra circunstância também econômica: os equipamentos e a manutenção da tropa a partir das reservas e receitas do Estado. E o Estado é entendido por Weber (2004, p. 526) como “uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima”.

O Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização (WEBER, 2004, p. 526).

Sendo assim, a organização do Estado exigirá uma administração capaz de conduzir pessoal e recursos materiais com a finalidade de exercer o poder. Nesse sentido, a constituição do poder militar, a partir dos recursos do Estado, representa uma das formas mais eficazes para o exercício desse poder.

Essa utilização dos recursos do Estado para despesas com a defesa é realizada mediante a política fiscal, pelo instrumento dos gastos públicos e o principal teórico que abordou com profundidade esse instrumento foi John Maynard Keynes em *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*, no século XX. Sua teoria influenciou a atuação dos Estados com relação aos gastos públicos, sobretudo no contexto da Grande Depressão da década de 30, sendo um dos grandes defensores da utilização da política fiscal como forma de elevar a demanda agregada² para se atingir um maior nível de emprego.

Diversos estudos já foram realizados com o objetivo de verificar, sob o ponto de vista keynesiano, o impacto dos gastos públicos com defesa sobre variáveis macroeconômicas. Segundo Dagnino (2004), pesquisadores de vários países vêm trabalhando há décadas com o gasto militar e a abordagem tem sido voltada, principalmente, para os agregados econômicos tradicionais

2 A demanda agregada constitui-se na soma do total de dispêndios da coletividade em bens e serviços de consumo (C), investimento (I), despesas governamentais (G) e exportações (X), subtraídas as importações (M).

como renda, investimento, exportação, importação, emprego, etc. Para o autor, tornou-se “célebre a polêmica, na qual se envolveram também pesquisadores de países periféricos, acerca da ideia de que o gasto militar promovia o desenvolvimento econômico”, ou, se haveria um efeito multiplicador keynesiano que pudesse ser utilizado como um regulador anticíclico do capitalismo.

Keynes (2009, p. 288) realiza uma crítica à teoria econômica clássica argumentando que seu objetivo, com relação ao pensamento clássico, “consistiu menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a consequência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real”.³

Para o autor, os controles centrais necessários para assegurar o pleno emprego exigirão uma considerável extensão das funções tradicionais de governo. Keynes (2009, p. 289) argumenta que a ampliação das funções do governo representa o “único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas e a condição de um bem sucedido exercício da iniciativa individual”.

Keynes, um grande crítico do *laissez faire*⁴, desenvolveu uma teoria em que defendia o intervencionismo estatal em diversos setores como forma de garantir a demanda agregada e evitar ou reduzir o desemprego. Desse modo, era favorável a uma política de gastos públicos, inclusive aqueles voltados para a guerra, quando outras opções de gastos não forem possíveis: “até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica for um empecilho a uma solução melhor.” (KEYNES, 2009, p. 111).

Quanto a esse aspecto, Keynes (2009) observa que esse tipo de atuação estatal, que busca a sustentação da demanda agregada

3 Neste ponto, ele se refere ao princípio clássico da “*mão invisível*” o qual levaria a economia, em um sistema de *laissez faire*, automaticamente ao equilíbrio de mercado. No entanto, para que isto ocorra, a própria teoria clássica enuncia uma série de pressupostos necessários que, dificilmente, ou nunca, se aproximam da realidade.

4 *Laissez faire, laissez passer* (deixai fazer, deixai passar): expressão utilizada pelos fisiocratas para expressar a liberdade de mercado, princípio essencial no liberalismo econômico.

pelo mercado interno, tem ainda outra função quando se trata de questões de segurança nacional: reduzir a necessidade de conflitos externos para garantir a ampliação dos mercados.

Nesse sentido, ao considerar as causas econômicas das guerras, Keynes (2009, p. 290) observa que a luta acirrada por mercados desempenhou no século XIX, e ainda viria a desempenhar um papel essencial. Para o autor, sob o regime do *laissez faire* preconizado pelo liberalismo, não há outro meio disponível a um governo para diminuir a pobreza interna “a não ser lutar pela conquista de mercados externos”.

Se um país antigo e rico abandonasse a luta pelos mercados, veria sua prosperidade cair e desaparecer. Mas se as nações podem aprender a manter o pleno emprego apenas por meio de sua política interna [...], não deveria mais haver a necessidade de forças econômicas importantes destinadas a predispor um país contra os seus vizinhos. Haveria o lugar para a divisão internacional do trabalho e para o crédito internacional em condições adequadas, mas deixaria de existir motivo premente para que um país necessitasse impor suas mercadorias a outro ou recusar as ofertas de seus vizinhos (KEYNES, 2009, p. 290-291, grifo nosso).

7 CORRENTES TEÓRICAS DERIVADAS

De acordo com as análises aqui expostas, observa-se que diferentes autores do pensamento econômico e social desenvolveram, à sua época, formulações teóricas sobre a forma com que os fatores econômicos influenciam o potencial militar e as guerras bem como, em decorrência desta influência, o papel do Estado na constituição da defesa nacional.

Tais pensadores influenciaram no desenvolvimento de correntes teóricas do século XX que tratam das relações internacionais, e no entendimento sobre a forma com a qual os Estados devem atuar em relação ao poder e à manutenção de sua soberania e segurança nacional. Em se tratando da relação entre os fatores econômicos e a atuação do Estado em questões de segurança e defesa, destacam-se, dentre as correntes teóricas originadas dos autores discutidos neste artigo, o *liberalismo*, inspirado no pensamento clássico,

cujos maiores expoentes são Adam Smith, o *radicalismo*, de inspiração marxista e o *realismo*, influenciado pelo pensamento weberiano.

Segundo Mingst (2009, p. 67), os teóricos liberais sustentam que a natureza humana é basicamente boa e que o povo pode melhorar suas condições morais e materiais possibilitando o progresso da sociedade. Acreditam que a injustiça, a guerra e a agressão não são inevitáveis, mas que podem ser eliminadas por meio de uma reforma institucional ou ação coletiva. Para os teóricos liberais, o livre comércio e os negócios criam interdependências entre os Estados, o que eleva o custo da guerra, desestimulando-a.

A partir da década de 1930, com o fenômeno da Grande Depressão, o *liberalismo*, como perspectiva teórica, perde credibilidade emergindo o intervencionismo keynesiano. Essa crise do liberalismo torna-se mais forte após a II Guerra Mundial, dado o advento da bomba atômica, e o intervencionismo passa a prevalecer, influenciando no desenvolvimento de um período de prosperidade na economia mundial que vai do pós-guerra até a década de 1970.

Nos anos 70, os choques do petróleo e a redução do ritmo de crescimento das economias mundiais influenciam no renascimento da perspectiva liberal, sob a denominação de *institucionalismo neoliberal*, que defende o argumento da cooperação entre os Estados como resultado das instituições que permitem interações cooperativas e proíbam ações coercitivas. Segundo Mingst (2009), para os institucionalistas neoliberais, a segurança é essencial e as instituições ajudam a torná-la possível.

Para a corrente teórica *radicalista*, influenciada pelo pensamento marxista, os fatores econômicos assumem elevada importância nas relações internacionais. Segundo esta corrente, a estrutura internacional é hierárquica, sendo um subproduto do imperialismo, o que leva à rivalidade entre os países desenvolvidos, provocando alteração no equilíbrio do poder e a guerra. Os radicalistas defendem que as técnicas econômicas de dominação são os principais meios de poder no mundo e que a guerra é um resultado da competição econômica capitalista. Segundo Mingst (2009, p. 67), essa teoria foi desacreditada como teoria das relações internacionais, mas “ajuda a entender o papel das forças econômicas tanto

dentro como entre os Estados e explicar a dinâmica da globalização econômica do século XX". Na América Latina, a corrente teórica radicalista influenciou o surgimento da chamada Teoria da Dependência, representada principalmente pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O pensamento da CEPAL expressa as dificuldades internas dos países subdesenvolvidos e justifica as políticas de industrialização mais intervencionistas e nacionalistas, como as que ocorreram no Brasil, a partir nos anos 50.

Já a teoria *realista*, influenciada pela obra de Max Weber, trata não apenas da natureza política do Estado, mas do poder como elemento central da política. Segundo Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2003), grande parte das formulações contidas na teoria realista é influenciada pela teoria de Weber, sendo que, para os realistas, a característica principal da política é a luta pelo poder, e esse fenômeno que a caracteriza é especialmente evidente no nível internacional. Para os autores, a teoria realista considera que os Estados operam num sistema anárquico onde suas políticas são fundadas no interesse nacional e apoiadas no poder. E, uma vez que a estrutura do sistema inclui a distribuição do poder, este se torna o elemento central da teoria realista.

A análise dessas correntes de pensamento leva à observação de um caráter cíclico na aceitação de teorias, quando se trata da atuação do Estado e das relações internacionais. O fortalecimento e o descrédito do liberalismo, para uma posterior retomada aos seus preceitos básicos, por exemplo, ocorrem em paralelo a períodos de expansão e retração da economia mundial e parecem revelar que a dinâmica econômica influencia na ascendência de determinados princípios teóricos.

8 CONCLUSÕES

Diferentes autores do pensamento econômico e social realizaram, à sua época, análises sobre a forma com que fatores econômicos influenciam o potencial militar e as guerras bem como, em decorrência desta influência, o papel do Estado na constituição

da defesa nacional. O estudo dessas diferentes correntes teóricas teve como objetivo fundamentar o argumento de que o poder militar, e conseqüentemente o fenômeno da guerra, está condicionado pela dinâmica econômica.

A revisão literária desses autores mostra que, ao lado de profundas discordâncias, tais pensadores possuem em comum o fato de que não ignoraram a importância dos fatores econômicos em relação ao tema da segurança e da defesa nacional. Mesmo em uma vertente *clusewitziana*, foi possível associar os elementos básicos de sua teoria da guerra – a paixão, a probabilidade e a razão – a fatores econômicos tais como o progresso tecnológico e o fluxo de recursos orçamentários de uma nação.

A leitura de Adam Smith, Friedrich List, Jonh Jay e Alexander Hamilton também mostra que suas visões assemelham-se em determinados pontos, principalmente com relação ao papel do Estado na formação do poder militar e na necessidade de realizar despesas públicas como forma de garantir a defesa nacional, além de advogarem pela constituição dos exércitos permanentes. Em Marx e Engels, cuja ideologia socialista acabaria por defender o fim dos estados nacionais e, portanto, das forças armadas, encontram-se aspectos que tratam dos fatores econômicos como os determinantes das relações internacionais, com conseqüentes implicações para a defesa. Já em Weber, sua contribuição ao tema reside na compreensão das estruturas econômicas presentes na atuação do Estado, no que se refere às forças armadas, dada a sua inserção no sistema capitalista, bem como ao modelo de administração burocrática que as caracterizam. Keynes, por sua vez, fundamenta a análise da política fiscal e da utilização do instrumento de gastos públicos como mecanismo para se alcançar objetivos macroeconômicos, neste caso, considerando os gastos públicos com a defesa.

Tais análises revelam um aspecto crucial: o de que as aspirações de segurança e defesa e a sua relação com fatores econômicos são comuns a diferentes pensadores, independentemente das suas convicções teórico-ideológicas.

REFERÊNCIAS

BAYLIS, J.; WIRTZ, J.; COHEN, E.; GRAY, C. S. (Orgs.). **Strategy in the contemporary world**: an introduction to Strategic Studies. New York: Oxford University Press, 2002.

CLAUSEWITZ, C. V. **Da guerra**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CREVELD, M. V. Through a glass, darkly: some reflection on the future of war. **Naval War College Review**, v. 53, n. 4, 2000. Disponível em: <<http://www.nwc.navy.mil/press/review/2000/autumn/art2-a00.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

DAGNINO, R. Sobre a revitalização da indústria de defesa brasileira. In: ALMEIDA PINTO, J. R.; RAMALHO DA ROCHA, A. J.; SILVA, R. D. P. (Orgs.). **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País**. Brasília: Ministério da Defesa, 2004. (Série Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, v. 3).

DOUGHERTY, J. E.; PFALTZGRAFF JR., R. L. **Relações internacionais**: as teorias em confronto. Lisboa: Gradiva, 2003.

EARLE, E. M. Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List: fundamentos econômicos do poder militar. In: PARET, P. (Org.). **Construtores da estratégia moderna**: de Maquiavel à era nuclear. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. t. I, p. 295-349.

FREEDMAN, L. Conclusion: the future of strategic studies. In: BAYLIS, J.; WIRTZ, J.; COHEN, E.; GRAY, C. S. (Orgs.). **Strategy in the contemporary world**: an introduction to Strategic Studies. New York: Oxford University Press, 2002.

HAMILTON, A.; MADISON, J.; JAY, J. **O federalista**. Pensamento político. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. 3. ed. Campinas, SP: Russell, 2009.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LIST, F. **Sistema nacional de economia política**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. *Feuerbach - a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista*. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MINGST, K. A. **Princípios de relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MORAN, D. **Strategic theory and the history of war**. Naval postgraduate school. [S.l.: s.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.clausewitz.com/readings/Moran-StrategicTheory.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2010.

PARET, P. Clausewitz. In: _____. (Org.). **Construtores da estratégia moderna, de Maquiavel à era nuclear**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. t. I, p. 295-349.

SMITH, A. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 4. ed. Tradução de Luís Cristóvão de Aguiar. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. v. II.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial, 2004. v. 2.